

181

1
1812

RESTAURAÇÃO
DE
PORTUGAL

EM
1640.

OPÚSCULO ANTI-IBERICO, COMPILADO

POR

JOSÉ JOAQUIM D'ASCENÇÃO VALDEZ.

SEGUNDA EDIÇÃO

AUGMENTADA

LISBOA

51, TYP. RUA DA VINHA, 53

1868

UNIVERSITY OF TORONTO

PRINTED

1911

OF THE UNIVERSITY OF TORONTO



RESTAURAÇÃO
DE
PORTUGAL

EM
1640.

OPÚSCULO EXTRAHIDO DE VARIOS AUCTORES, COMPILADO

POR

JOSÉ JOAQUIM D'ASCENÇÃO VALDEZ.

SEGUNDA EDIÇÃO

AUMENTADA

LISBOA

51, TYP. RUA DA VINHA, 53

1868



do Excmo e Excmo Professor
de Geographia, Chronologia e Historia

AO EXCELLENTE SENHOR

JOÃO FELIX PEREIRA

OFFERECER E DEDICAR

EM TESTEMUNHO DE RESPEITO

E CONSIDERAÇÃO

o seu discipulo grato e admirador

J. J. A. Valle

RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL

EM

1640.

Nunca, debaixo do dominio hespanhol, a Casa da Bragança se esqueceu das suas justas pretensões. E tudo nos prova, que, logo depois da morte do Duque D. Theodosio, a França não cessou de readigir contra o acto iniquo, que fazia pertencer a corôa de Portugal a D. Philippe II de Hespanha.

Richelieu, o habil ministro francez tratou então, para enfraquecer a Hespanha de machinar uma revolução em Lisbôa a favôr da Casa de Bragança, e para este fito conferenciou com João Pinto Ribeiro, magistrado de grande merecimento, e cheio de desejo todo patriotico de restabelecer a independencia nacional.

João Pinto Ribeiro instruiu D. João Duque de Bragança das favoráveis disposições, que se tinha por elle em França, e alguns nobres de Lisbôa foram ajustados sobre as disposições do povo, se seria certa a sua dedicação á casa de Bragança.

Em 1634 Luiz XIII travou com D. João Duque de Bragança negociações secretas, e offereceu-lhe socorros effectivos para o Duque se apoderar da corôa; porém as circumstancias d'então, não lhe permittiram acceitar.

Quatro annos depois o cardial de Richelieu renovou suas tentativas para operar a sublevação dos Portuguezes, e a 15 de agosto de 1638 fez dirigir a Lisbôa na qualidade de agente secreto M. de Saint-Pé (que depois exerceu as funcções de consul da França em Portugal,) para offerecer positivamente forças assaz consideraveis, com que podessem sustentar a independencia do paiz.

Uma esquadra de cincoenta navios com um exercito de doze mil homens de infantaria e mil de cavallaria estavam á disposição de Portugal. Era talvez muito cedo para que se acceitasse; mas o nome de D. João Duque de

RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL

EM

1640.

Nunca, debaixo do dominio hespanhol, a Casa da Bragança se esqueceu das suas justas pretensões. E tudo nos prova, que, logo depois da morte do Duque D. Theodosio, a França não cessou de readigir contra o acto iniquo, que fazia pertencer a corôa de Portugal a D. Philippe II de Hespanha.

Richelieu, o habil ministro francez tratou então, para enfraquecer a Hespanha de machinar uma revolução em Lisbôa a favôr da Casa de Bragança, e para este fito conferenciou com João Pinto Ribeiro, magistrado de grande merecimento, e cheio de desejo todo patriotico de restabelecer a independencia nacional.

João Pinto Ribeiro instruiu D. João Duque de Bragança das favoráveis disposições, que se tinha por elle em França, e alguns nobres de Lisbôa foram ajustados sobre as disposições do pòvo, se seria certa a sua dedicação á casa de Bragança.

Em 1634 Luiz XIII travou com D. João Duque de Bragança negociações secrétas, e offereceu-lhe socorros effectivos para o Duque se apoderar da corôa; porém as circumstancias d'então, não lhe permittiram acceitar.

Quatro annos depois o cardial de Richelieu renovou suas tentativas para operar a sublevação dos Portuguezes, e a 15 de agosto de 1638 fez dirigir a Lisbôa na qualidade de agente secreto M. de Saint-Pé (que depois exerceu as funcções de consul da França em Portugal,) para offerecer positivamente forças assaz consideraveis, com que podessem sustentar a independencia do paiz.

Uma esquadra de cincoenta navios com um exercito de doze mil homens de infantaria e mil de cavallaria estavam á disposição de Portugal. Era talvez muito cêdo para que se acceitasse; mas o nome de D. João Duque de

Bragança tinha sido pronunciado, e em caso de recusa mandar-se-hia um dos herdeiros de seus antigos reis; isto é um príncipe do sangue de França, de quem os ultimos reis de Portugal eram descendentes; pois a França, disse Richelieu, «faria um devêr em auxiliar o rei de Portugal; porque descendia do sangue de seus reis.»

Estas disposições foram declaradas ao Duque de Bragança e a sua mulher a illustre descendente de Medina Celi. E segundo todas as apparencias se D. João de Bragança não deu uma resposta favoravel, foi, porque a occasião de o fazer, não lhe parecia conveniente.

.....

Governava Portugal a duqueza de Mantua na qualidade de vice-rainha, titulo brilhante; porém de poder muito limitado, porque o segredo dos negocios, e quasi toda a autoridade estava nas mãos do secretario d'estado Miguel de Vasconcellos.

Este ministro absoluto e independente recebia ordens directamente do Conde-duque, de quem era protegido, e a quem se tinha tornado necessario pela habilidade de tirar incessantemente consideraveis sommas de Portugal,

e pelo espirito de intriga, que promovia odios e inimizades entre os grandes do reino, fazendo ter bom exito as suas mais secrétas intenções.

Estas divisões, que se mantiam, ou se conservavam entre a nobreza, faziam a segurança, e o descanço do ministro, persuadido elle, de que em quanto ella estivesse occupada a satisfaser seus odios e vinganças particulares, não cuidaria em attentar contra o governo d'el-rei D. Philippe.

Não havia em Portugal homem, que podesse causar alguma inquietação aos hespanhoes, se não D. João Duque de Bragança.

Este principe era dotado de um genio moderado; mas seu pai o Duque D. Theodosio inspirára-lhe como por successão todo o seu odio contra os hespanhoes, diligenciando não só incitar-lhe a ambição, que deve ter um principe, que podia esperar collocar com direito uma corôa sobre sua cabeça, como tambem todo o ardor e coragem necessaria para tentar uma tão alta, e tão perigosa empresa.

Na verdade D. João tinha tomado todos os sentimentos do Duque seu pai; mas no gráu que permittia o seu natural tranquilo e mode-

rado: odiava os hespanhoes; mas não para se vingar da sua injustiça, tinha ambição, e esperava ainda subir ao throno de seus antepassados, não tendo sobre isto grande impaciencia como o Duque D. Theodosio, contentava-se em não perder a esperança d'este designio, sem arriscar por uma corôa muito incerta, uma vida agradável, e uma riqueza já creada.

Com tudo o Duque de Bragança não era de tal maneira amigo de repouso, que não se entregasse a estudos, e era tido por um dos homens instruidos do seu tempo.

Era talvez, segundo as apparencias, este desejo scientifico, que tinha determinado attrahir a sua casa dois genios imminentes d'aquella epoca, João Sanches de Baena ¹ e João Pinto Ribeiro, o primeiro; porém já ligado por

¹ É ao muito erudito e incansavel bibliographo o sr. Innocencio Francisco da Silva que se deve, pelas suas investigações historicas, o sabermos, que, João Sanches de Baena *foi o primeiro artifice a lançar pedra no edificio da acclamação do Duque de Bragança*, e a este respeito veja-se o seu artigo MAIS UM NOME PARA INSCREVER NO CATALOGO DOS RESTAURADORES DE 1640 publicado no *Archivo Pittoresco* Vol. XI, pag. 42 e 55.

seus antepassados á Casa de Bragança, a cujo amparo viera acolher-se de Castella, em principios do seculo XVI seu bisavô Gil Alvares Sanches cavalleiro de S. Thiago, entretendo elle proprio com o Duque D. João desde 1631 uma correspondencia seguida sobre negocios de familia e estado.

João Sanches de Baena doutor e lente de canones na universidade de Coimbra, trocára em 1614 a carreira do magisterio pela da magistratura, e entrando no exercicio de desembargador da relação do Porto, depois de exercer sucessiva ou cumulativamente os cargos de juiz das justificações, conselheiro e procurador da fazenda, havia chegado em fim no anno de 1637 á elevada posição de desembargador de paço.

João Pinto Ribeiro nascido de uma familia nobre da villa de Amarante conseguiu, dando desde a infancia provas da sua intelligencia, fazendo na universidade de Coimbra grandes estudos sobre a faculdade de direito, e tornando-se um habil legislador, exercer varios empregos de magistratura.

Eis pois os homens aos quaes D. João Duque de Bragança tinha dado a sua confiança, e

affeiçãoado á sua casa. Seus genios ardentes, seus corações verdadeiramente patrioticos, os tornaram agentes principaes d'uma conjuração meditada desde longo tempo, e que se ella brilhou subitamente, não foi menos o resultado de uma longa combinação politica.

Já em 1637 uma verdadeira revolução popular conhecida pelo nome dos *Tumultos d'Evora* tinha rebentado, e se mallogrou, foi de certo, porque lhe faltou um homem imminente para a dirigir.

A Hespanha estava vivamente commovida, e o Conde-duque tinha dado ordem para que os principaes nobres, de quem se podia desconfiar fossem á côrtè.

Em 1638 algumas tropas marcharam, e depois tudo se achava em socêgo apparente; mas não era sómente em Evora e no Algarve, que o pôvo exprimia o seu descontentamento pelas contínuas levas, todo o reino se indignava contra o governo hespanhel.

Para os fins de 1639 o numero dos conjurados já se elevava, e n'uma occasião, em que o Duque veio a Almada, mandou communicar por João Pinto Ribeiro a João Sanches de Baena as primeiras noticias das disposições,

que já então se tomavam para a restauração, sendo encommendado ao mesmo Pinto Ribeiro, que houvesse de conferenciar com Baena e seguir o seu parecer.

A 12 de outubro de 1640 juntaram-se em casa de D. Antão de Almada, D. Miguel de Almeida monteiro mór, Jorge de Mello, Pedro de Mendonça, Antonio de Saldanha e João Pinto Ribeiro agente da Casa de Bragança, ao qual assim chamou D. Miguel de Almeida, não só por ser avaliado como homem de grande talento, e motivar que D. João fosse aclamado rei, como também por ser o agente dos negocios do Duque.

Começaram todos a discorrer sobre o remedio de tantos males, que o reino padecia,

uns queixavam-se do Duque de Bragança por ser a causa de tanta ruina, não querendo aceitar a corôa, que lhe offereciam, e n'ella as vidas e as liberdades que lhe entregavam, e outros emfim pensaram, que se constituísse Portugal em república á imitação da Hollanda, em vista da irresolução do Duque.

Arguiram-no de remisso, e irresoluto fazendo a paixão ou o impulso sobre natural: que se esquecessem de que a empresa tinha mais relevantes dependencias, que o consentimento do Duque.

Defendeu-o João Pinto Ribeiro, referindo as muitas razões que tinha para não se resolver sem grande consideração em materia tão importante, mostrando os inconvenientes, que primeiro se deviam facilitar, e concluiu, dizendo que, se julgavam ser acclamar o Duque o unico remedio de tantos males, para que esperavam o seu consentimento? Que se resolvessem a declarar-o rei de Portugal; porque o Duque vendo-se mettido no empenho, antes quereria ser rei em contingencia, que vassallo suspeito, sendo mais remoto aquelle, que este perigo.

Todos, os que ouviram João Pinto Ribeiro se affeiçãoaram á sua opinião, assentando,

que se fizesse primeiramente aviso ao Duque persuadindo-o com as mais vivas instancias, que acceitasse a corôa, e quando elle duvidasse, se tomaria a resolução de o acclamar rei sem seu consentimento, ou outra qualquer, que parecesse mais util e mais breve; porque eram já tantos, os que sabiam d'esta resolução, que na quebra do segredo perigava muito o seu successo.

Persuadiram todos a João Pinto Ribeiro, que fosse a Villa-Viçosa communicar ao Duque a determinação assentada, e mostrar-lhe as razões, que o obrigavam a libertar a patria acceitando a corôa.

Escusou-se João Pinto Ribeiro, e um novo mensageiro foi resolvido.

Pedro de Mendonça, alcaide e senhor de Mourão, que encarregaram de ir a Villa-Viçosa, comprehendeu, o que havia de difficil e delicado n'esta grande missão. Passou a Evora onde tudo estava em socêgo apparente; mas onde corações fervorosos batiam pela independencia: ahi achou o Marquez de Ferreira, Conde de Vimioso e Rodrigo de Mello, que escreveram ao Duque apressando-o de adoptar emfim uma resolução tão desejada de todos.

Chegou Pedro de Mendonça com estas cartas a Villa-Viçosa, e encontrou o Duque caçando na tapada, entregou-lh'as; mas achou-o ainda irresoluto.

O Duque de Bragança tinha então um secretario intimo, de quem os conjurados desconfiavam, e Pedro de Mendonça lhe pediu uma resposta immediata, e de não revelar ao seu secretario Antonio Paes o conteudo da proposta. O Duque respondeu-lhe: «que a materia em que lhe fallava, era de tanta importancia, que a não podia decidir immediatamente, e que em quanto a confial-a de Antonio Paes sem algum escrupulo o podia permittir, porque além das largas experiencias, que tinha do seu segredo e prudencia, não era o, que menos o estimulava, ao mesmo que elle o persuadia.» Retirou-se Pedro de Mendonça, e o Duque descreveu a Antonio Paes a proposta, que lhe tinha sido enviada, e quando chegou ao ponto de que a nobresa determinava, caso não se resolvesse a acceitar a corôa, a formar na ultima desesperação uma república, disse Antonio Paes ao Duque: «que antes de passar adiante, se servisse da o tirar de uma duvida, a qual era, que se os Portuguezes formassem república, que

partido seguiria, se o de Portugal, se o de Hespanha?» Disse-lhe o Duque, « que sempre estivera deliberado a não se apartar do commum consentimento do reino, e qualquer perigo a que se arriscasse pela defesa da patria, teria por muito suave.» Ouvindo estas palavras accrescentou Antonio Paes, com grande feryôr, « que esta sua resolução, tirava a duvida da resposta, que havia de dar a Pedro de Mendonça; porque se pela patria se resolvia a arriscar a vida sendo vassallo de uma república, quanto mais glorioso e mais conveniente era empenhal-a sendo rei de um reino, que lhe pertencia de justiça.»

D. João commovido passou ao quarto da Duqueza sua mulher. Esta senhora dotada d'um entendimento tão claro, e animo tão varonil, como depois acreditaram largas experiencias ponderou-lhe os perigos da sua casa, sendo objecto de rigôr do Conde-duque, comtudo julgou generosamente por mais acertado, ainda que a morte fosse consequencia da corôa, morrer reinando, que acabar servindo, e completou as suas considerações dizendo: « em quanto a mim desejaria antes ser rainha uma hora, que duqueza toda a vida.»

A deliberação do Duque foi por fim favoravel, e Pedro de Mendonça satisfeito com esta resolução transmittio immediatamente aos conjurados, que não esperavam já, as boas disposições de D. João.

Exigia-se ainda com vehemencia a ultima palavra do Duque, e foi João Pinto Ribeiro, quem a obteve, partindo para Villa-Viçosa, com toda a rapidez.

Participou ao Duque de Bragança tudo o que sabia sobre a materia, facilitando a empresa, e expondo sinceramente seu desejo; mas achou as cousas em melhor situação, que elle nunca imaginou; pois que vio o Duque resolute, no caso em que esta grande empresa mallograsse em Lisbôa, a pôr-se em campo com as populações do Alemtejo, que estavam á sua disposição.

Um coração, que sente a affeição ousa muito, e João Pinto Ribeiro certo da boa disposição, que encontrava na empresa, antecipou e accitou o effeito da intenção, ajoelhando aos pés do Duque lhe diz «*Proximus accingendus habetur pro accincto!* Vossa Magestade deve ser aclamado Rei e Senhor legitimo d'este paiz, e como tal eu o reconheço

já, devendo pois beijar-lhe a mão, e ser o primeiro a tributar-lhe esta homenagem.»

Recusou o Duque, e João Pinto Ribeiro cheio de confiança, lhe tornou; pois bem eu affirmo a Vossa Magestade, que os desejos não vão, onde irá o successo.»

Logo que João Pinto Ribeiro obteve a ultima palavra do Duque, passou a Lisbôa; pois que assim era preciso por causa das assembleas secrétas, onde se tratava sobre os grandes interesses do paiz.

Ajustaram na noite 26 de novembro, que se executasse, o que estava assentado para o sabbado 1.º de dezembro, e communicou-se a todos por intervenção do Padre Nicolau da Maia, que estavam reduzidos o juiz do pòvo escrivão, e alguns mestres da casa dos vinte e quatro; porêem, que atemorizados com o successo de Evora, combinaram de não fazer movimento algum, sem verem declarada toda a nobresa, promessa que facilmente conseguiram.

D'esta conferencia se deu parte ao Arcebispo de Lisbôa, que havia alcançado licença para sair do empenho, em que estava em Madrid, protestando as penas, em que ficava in-

correndo, quem lhe impedisse ir governar as suas ovelhas.

Autorisava elle muito a empresa, persuadindo com a virtude e eloquencia seus parentes e todos os ecclesiasticos, que lhe obedeciam, havendo sido dos primeiros, que fomentaram a liberdade da patria, parecendo-lhe escrupulosa a sujeição a el-rei de Hespanha como possuidor intruso.

Estando a empresa tão adiantada, que faltavam só tres dias para se executar, se deu conta d'ella a D. João da Costa, dotado de grande valor e entendimento, partes que lhe haviam grangeado toda a estimação da côrte, contando-se nos seus poucos annos muitos de prudencia.

Ouvio com muita attenção a proposta, que lhe faziam, e depois de bem considerar na gravidade da empresa, fallou com eloquencia, de que era dotado.

As razões de D. João da Costa arguidas do seu entendimento e despresadas do seu valor perturbaram muito os animos de todos os confederados, e foi de tal sorte o embaraço, que n'elles produziram, que se resolveu João Pinto Ribeiro a avisar o Duque de Bragança, que

suspendesse as ordens dispostas para a execução do 1.º de dezembro até segundo aviso.

Ficou o Duque de Bragança em grande confusão com esta novidade, se bem que, saído logo d'ella; porque lhe chegou outro correio de João Pinto Ribeiro com aviso, que renovassê a empresa, e foi a causa de sairem os confederados do embaraço, discorreram o empenho, em que estavam, e conheceram, que o maior perigo consistia na dilação; porque descoberto, o que estava tratado, experimentariam desunidos os castigos, que receavam armados.

Depostos; pois, todos os inconvenientes, fechados os olhos a todas as difficuldades deliberaram cortar com as valorosas espadas o laço, com que a industria hespanhola havia atado o reino de Portugal, executando elles uma acção de tantos e tão invenciveis obstaculos, que em tempo algum deixará de ser referida com verdadeira fama, mostrando-se o pouco podêr, com que a emprehenderam.

As mulheres preencheram um rol digno d'esta nobre revolução.

Uma nobre dama, D. Filippa de Vilhena Condessa d'Atouguia armou seus dois filhos, D. Jeronimo de Athaide, e D. Francisco Cou-

tinho, e entregando a espada, com que seu pai tinha servido na India, lhe diz: «Ide. Ganhai um throno ao rei, e a liberdade ao paiz.»

Igual acção executou D. Marianna de Lancastro com seus dois filhos, Fernão Telles, e Antonio Telles da Silva.

Repartiram-se as ordens necessarias, e os postos convenientes com a maior distincção possível, depois de ventiladas varias opiniões, que occorriam a tantos discursos: porque uns queriam, que o Duque de Bragança apparecesse em Lisbêa de improviso, dizendo que só a sua presença havia de segurar a empresa; porém convenceram-se da contradicção, que a jornada podia não ser occulta á vigilancia da duqueza de Mantua, e que o maior perigo era de dar tempo á prevenção. Outros eram do parecer que se atacasse primeiramente o Castello, mas exami-

nando o numero dos soldados da guarnição, e achando-se mais de quinhentos, pareceu duvidoso o effeito desejado.

Assentaram por conclusão que sabbado 1.º de dezembro, com o menor rumor, que fosse possível, se achassem todos junto ao Paço repartidos em varios magotes, e logo que o relógio desse nove horas, saíssem dos côches ao mesmo tempo.

Sem haver um dos confederados, que se arrependesse da determinação, occuparam todos os postos destinados.

Impacientes esperavam as nove horas: nunca o relógio lhes pareceu tão vagaroso, tanto que deu a primeira, sem esperarem a ultima, arrebatados do generoso impulso saíram todos dos côches, e avançaram ao Paço Jorge de Mello, Antonio de Mello de Castro, Estevão da Cunha, com alguma gente, que os seguiram e detiveram os soldados hespanhoes, que estavam de guarda.

D. Miguel de Almeida subio á sala dos Tudescos, e disparou um tiro de pistola, signal que tambem estava ajustado, para que todos se repartissem pelos postos d'antes destinados. Luiz de Mello porteiro mór e João de Saldanha de

Souza ganharam o lugar, onde estavam as alabardas dos soldados, e D. Affonso de Menezes, Gaspar de Brito Freire e Marcos Antonio de Azevedo, as lançaram por terra, impedindo que os soldados chegassem a tomal-as.

Alguns d'elles tentaram defender a porta, que saía ao corredor, onde rematava o forte, em que estava Miguel de Vasconcellos; porrem investidos valorosamente por Pedro de Mendonça e Thomé de Souza a desoccuparam, e querendo ganhar outra, que ia para o quarto da duqueza de Mantua, a acharam já occupada por Luiz Godinho Benavente criado do Duque de Bragança, e outras pessoas que o acompanhavam, os quaes matando um tudesco e ferindo outro, fizeram retirar os restantes.

N'este tempo andava D. Miguel de Almeida veneravel e brioso com a espada na mão gritando : *Liberdade Portuguezes Viva El-Rei D. João IV*, e chegou ás varandas do Paço, repetindo os *vivas* muitas vezes.

Arrebatados de igual furôr buscando a casa de Miguel de Vasconcellos, entraram pelo corredor D. Antonio Tello, D. João de Sá e Menezes, camareiro mór d'el-rei, Antonio Telles ferido em um braço de uma bala de pisto-

la, que se disparou na sala dos Tudescos, o Conde d'Atouguia, seu irmão D. Francisco Coutinho, D. Alvaro de Abranches, Ayres de Saldanha, D. Antonio Alvares da Cunha, João de Saldanha de Souza, D. Gastão Coutinho, Sancho Dias de Saldanha, João de Saldanha da Gama, e seus irmãos Antonio e Bartholomeu de Saldanha, Tristão da Cunha de Athaide, e seus filhos Luiz e Nuno da Cunha, e seu genro D. Manoel Childe Rolim, no fim do corredor encontraram Francisco Soares de Albergaria corregedor do cível da cidade que saía da secretaria, disseram-lhe todos com igual impulso: *Viva El-Rei D. João IV.* Elle, tirando pela espada com resolução imprudente, respondeu: *Viva El-Rei D. Philippe.* Persuadiram-no, que se socegasse, não foi possível, dispararam-lhe uma pistola.

Chegaram depois á secretaria, e acharam n'ella Antonio Corrêa official maior, ao qual D. Antonio Tello ferio, passaram adiante buscando a casa, em que estava Miguel de Vasconcellos, porém a porta do seu quarto achava-se fechada, arrombaram-n'a facilmente, e como não o achassem dentro, entenderam, que e livrára passando á casa da India, sendo po-

rêm advertidos de uma escrava, abriram um armario de papeis, em que estava escondido: disparou-lhe D. Antonio Tello uma pistola, e sentindo-se ferido, saio á casa onde recebeu outras feridas mortaes, de que caio, sendo lançado logo por uma das janellas ao Terreiro.

Examinados por algumas pessoas os armarios e escriptorios, em um d'elles acharam o capitão Diogo Garcez Palha com uma clavinha nas mãos, disparou-a, e outras armas; porém sem effeito, investiram-no, e obrigaram-no a saltar por uma janella para o Terreiro, salvando-se com uma perna desconcertada.

D. Miguel de Almeida, Fernão Tello de Menezes, D. João da Costa, e muitas outras pessoas dirigiram-se ao quarto da vice-rainha, depois de arrombadas varias portas.

Margarida de Mantua tinha comprehendido, que os discursos dirigidos ao pôvo eram inuteis, e quando D. Miguel de Almeida se aproximou, voltou-se para os conjurados, e esperando ter mais influencia sobre estes representantes da alta aristocracia, lhe disse com uma certa perturbação. «Já o ministro culpado pagou os delictos, que commetteu?... Se assim foi, senhores, vossa colera não se

deve exceder, para ser digna de tão nobres corações.—Eu me obrigo, a que o rei catholico não sómente perdoe; mas tambem seja reconhecedor, de que se livrou o reino dos excessos do secretario.»

Vê-se pois, que a duqueza tremeu; mas que pouco a pouco cobrou animo, e mostrou uma firmeza e animo varonil, que, João Pinto Ribeiro que se achava presente, e depois D. Luiz de Menezes Conde da Ericeira (*na sua Historia de Portugal Restaurado,*) não poderam deixar de louvar.

Ella deliberava fazer algumas demonstrações mais, excitada pelo desejo de ver confirmado, o que se tinha já feito; mas os que ahi se achavam, impediram-na.

D. Carlos de Neronha lhe fallou d'uma maneira firme, de que ella ficou surpreendida, e pediu-lhe para não dar occasião, de lhe faltarem ao respeito. Ouvindo ella isto, encolerizou-se e disse. «A mim?... E de que maneira?— Fazendo sair a Vossa Alteza por uma das janellas.» Soceçou-se, e começou a obedecer ás determinações, que a nobresa exigia.

Mandou immediatamente ordem ao sar-

gento mór do castello, para que não fizesse movimento algum capaz de inquietar o pòvo. D. Luiz del Campo se conteve de toda a demonstração inimiga, e no dia seguinte de tarde, por uma outra ordem da duqueza, entregou a D. Alvaro de Abranches as chaves do castello, de que os chefes da conjuração tinham olhado como obstaculo mais sério para o restabelecimento da independencia nacional.

No mesmo dia as tropas hespanholas, de que a cidade se achava cercada, baixaram as armas. A torre de Belem, Cabeça Secca, Torre Velha, Santo Antonio, e o castello de Almada se entregaram simultaneamente.

O pòvo se reunia, porque comprehendia, que era chegada a hora de estar em armas, os Portuguezes em multidão compacta, reconhecendo os homens, que lhe fallavam, já não duvidavam da sua liberdade.

Era preciso entretanto regularisar a revolução, que se acabava de effectuar.

A multidão se precipitou sobre as portas da Camara municipal, que estavam fexadas, abriram-nas, e os magistrados confirmaram com suas assignaturas o grande acto da independencia nacional.

Foi então que o veneravel Arcebispo de Lisbôa seguido d'uma multidão, chegou á Camara para tomar o governo da cidade, em quanto não chegava o rei. D. Alvaro de Abranches com a bandeira da cidade percorria as ruas de Lisbôa entre as acclamações do povo.

D. Gastão Coutinho abriu as cadeias, e soltou os presos, parecendo-lhe improprio não lograrem o privilegio do dia, em que se celebrava a liberdade da patria. E tres dos nobres conjurados embarcaram n'uma galera, para resolutamente tomarem tres navios hespanhoes, que não queriam abandonar o posto.

A duqueza de Mantua retirou-se para Xabregas por ordem do governo provisorio.

Tudo succedeu, como os conjurados desejaram, todavia nenhum excesso perturbou a revolução, nenhuma vingança particular maculou, homens, que por inimizades antigas, se conservaram divididos, abraçavam-se. Parecia, que os tempos da gloria portugueza tinham tornado.

João Pinto Ribeiro expedio um correio ao Duque, participando-lhe, que podia desde já tomar o titulo de D. João IV, e na noite seguinte partiram Pedro de Mendonça e Jorge



PREÇO 100 RÉIS.

APONTAMENTOS HISTORICOS

Recopilados por

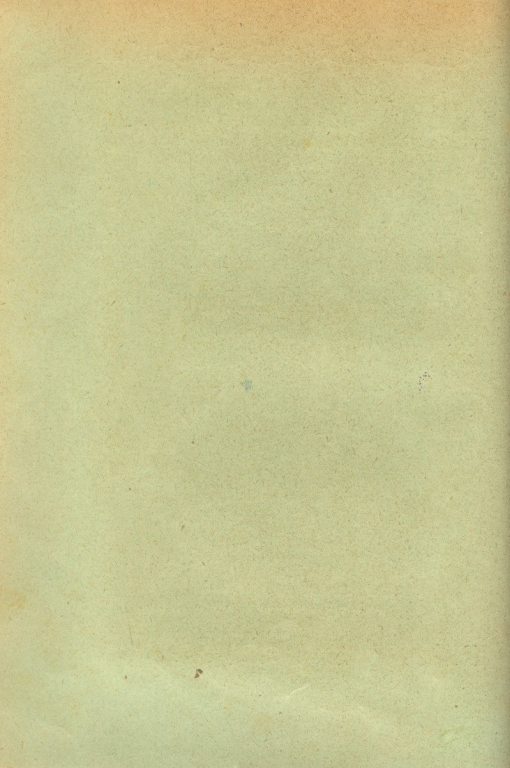
José Joaquim d'Ascensão Valdez



LISBOA
TYPOGRAPHIA DO JORNAL — O DIA

10 c. 12 — Rua Anchieta — 10 c. 12

1893



APONTAMENTOS HISTORICOS

1613

Recopilados por

José Joaquim d'Ascensão Valdez



LISBOA
TYPOGRAPHIA DO JORNAL — O DIA
10 e 12 — Rua Anchieta — 10 e 12
1893

Jesuitas em Portugal

Galeria Familiar, N.º 3.--Dezembro de 1861.

Guia em Portugal -- Lisboa Illustrada, 1878.--N.º 4,
pag. 30.

Portugal foi, de todos os paizes da Europa, aquelle onde a queda dos jesuitas se executou de uma maneira mais brilhante e bem combinada.

Quando D. João III chegou ao esplendor da fortuna, tratou de admittir junto a si alguns d'estes celebres religiosos, que depois deviam dominar o Estado.

Foi em 1540, que D. João III pediu a Roma padres da Companhia de Jesus, ou que a Companhia alcançou fazer nascer n'elle este desejo. Paulo III, que occupava então o throno pontifical, mandou para Portugal, a pedido do patriarcha Santo Ignacio, Simão Rodrigues de Azevedo natural de Vouzella na provincia da Beira, bispado de Vizeu, e o famoso Francisco Xavier, depois o apostolo das Indias.

Chegaram os dois religiosos a 30 de maio do mesmo anno, e recolheram-se ao hospital de Todos os Santos, na intenção de se acharem mais proximo do palacio real designado pelo nome de Estáos.

D'esta humilde residencia foi, que os jesuitas se espalharam, para logo submetterem ao seu poder o

mundo oriental. Com effeito S. Francisco Xavier partiu para a Índia em 1541, e o rei tratou de fundar em Coimbra um collegio com grandes rendas de commendas, o qual forneceu tantos missionarios á Companhia.

No principio de 1542 vieram de Coimbra para Lisboa os padres Simão Rodrigues de Azevedo e Gonçalo de Medeiros, reitor do collegio de Santo Antão, primeira casa propria que os jesuitas tiveram em Portugal, e a estes dois religiosos se deve attribuir a influencia, que a Companhia exerceu sobre o animo de D. João III.

Depois que chegaram de Roma os dois fundadores, S. Francisco Xavier foi sempre contrario á côrte, e se mostrou desaffeioado ás honras com que o agradavam, e não descançou, em quanto não partiu para a missão das Indias. Já assim não fez Simão Rodrigues de Azevedo, que se dedicou a estabelecer em Portugal o imperio da ambiciosa sociedade de Santo Ignacio de Loyola, da qual uma das observancias era receber tudo, e nada dar... Este fanatico ajudado por dez companheiros tão infatigaveis como elle, chegaram a usurpar os direitos do episcopado, e pelo governo da igreja se apoderaram do governo do estado.

D. João III foi tão dedicado ao jesuitismo, que elle proprio exerceu o rito d'estes religiosos, e a nobreza começou desde então a vêr-se cercada e vexada por corruptores da moral de Christo.

Dois seculos depois, quando o marquez de Pombal emprehendeu destruir o poder dos *humildes* companheiros da sociedade de Loyola, contavam-se em Portugal 24 grandiosos conventos e 17 residencias, poden-

do-se considerar como os mais ricos de todo o mundo.

Só a alta intelligencia e energica vontade do eminente estadista foram capazes de abater o poder d'aquella terrivel companhia, cuja influencia se estendia por todo o mundo, opprimindo a humanidade.

Brios portuguezes

Galeria Familiar, N.º 4.—Janeiro de 1862.

Guia em Portugal — Lisboa Illustrada, 1878.—N.º 4,
pag. 31.

Um Pacheco fortissimo, e os temidos
Almeidas, por quem sempre o Tejo chora ;
Albuquerque terrivel, Castro forte ;
E outros em quem poder não teve a morte.

(Camões, canto I, est. XIV.)

Coge-Çofar escreveu ao rei de Cambaya, dizendo-lhe que, Affonso de Albuquerque tinha ganho mais reinos, do que na realidade tinha de soldados para os subjugar.

Esta hyperbole toda oriental faz comprehender bem de que terror magico, de que admiração este heroe tinha ferido o espirito de seus inimigos.

Com Affonso de Albuquerque o dominio portuguez se constituiu, e se consolidou de tal sorte, que a temer nada havia dos pequenos soberanos orientaes, e mesmo do sultão do Egypto, que excitava sempre Venesa.

Se Duarte Pacheco começou uma serie de victorias prodigiosas, se Almeida, destruindo os Rumes, aniquilou o poder maior, que Portugal tinha a receiar

n'estes paizes; Albuquerque mais admiravel ainda, acabou o que elles tinham feito, multiplicando a acção portugueza em todos os pontos. Pode-se pois dizer sem temer de ser notado de exaggeração, é a Duarte Pacheco cognominado pelo poeta o *Achilles Lusitano*, é a Almeida, chamado o *Machabeu Portuguez*, é enfim a Affonso de Albuquerque, que se deve este brilho prodigioso, de que Portugal se revestiu ás vistas das outras nações desde os primeiros annos do decimo sexto seculo.

Pacheco, Almeida e Albuquerque são tres nomes, que se devem collocar na frente da historia victoriosa d'aquelle seculo.

A Custodia de Belem

Carta ao **Jornal do Commercio** publicada em o n.º 4:227, de 27 de novembro de 1867.

Summario de varia historia, por José Ribeiro Guimarães, Lisboa, 1873. Vol. III, pag. 43 a 45.

Sr. Redactor.—Tenho lido em diversos numeros do seu jornal artigos, que dizem respeito á custodia de Belem, tendentes a esclarecer ser ella propriedade da nação e não do rei, como publicaram os jornaes estrangeiros; porém na sua folha de domingo, n.º 4:225 um seu correspondente que visitou a exposição, declara que, a custodia se achava com a indicação «pertencente a S. M. el-rei D. Luiz».

Parece-me assim ser, pois que o sr. I. de Vilhena Barbosa no *Archivo Pittoresco*, vol. IO do corrente anno a pag. 184 diz o seguinte:

«A custodia e a cruz, que el-rei D. Manuel deixou ao mosteiro de Belem, pertencem actualmente á casa real, e servem na sua capella. Estas duas peças, e mais algumas outras que eram dos extinctos mosteiros, foram encorporadas nos bens da corôa para uso dos soberanos, em troca, ou como indemnisação das numerosas e mui valiosas peças de prata da casa real, que por ordem de sua magestade imperial o sr. D. Pedro IV, duque de Bragança, regente do reino, fo-

ram levadas para a casa da moeda, em Lisboa, onde foram reduzidas a dinheiro cunhado nos fins do anno de 1833, para accudir ás immensas e urgentissimas despezas da guerra da restauração da liberdade e do throno da Sr.^a D. Maria II.»

Sendo esta a verdade como julgo ser, pois que o sr. Vilhena Barbosa é infatigavel averiguador das nossas antiguidades, e summamente escrupuloso na sua publicação, provado está ser a custodia de Belem propriedade da casa real. E' esta mais uma perda motivada pelo *bello systema* d'arrecadação dos bens das extinctas ordens religiosas.

Foi uma medida necessaria (util não sei) a extincção dos conventos, pelo estado desmoralizador a que chegaram; mas deu logar a perderem-se muitas preciosidades; fizeram-se inventarios, porém o prejuizo foi grande. Para se conhecer qual foi o descaminho dos objectos pertencentes aos conventos, é verem-se as «Contas correntes dos objectos preciosos de ouro, prata e joias que pertenceram aos conventos supprimidos do continente do reino» publicadas pelo thesouro publico em 1842; e ahi se verá, que de 481 casas religiosas, conventos, mosteiros, hospicios, confrarias, capellas, irmandades, etc., incluindo n'este numero a Sé patriarchal de Lisboa, o valor total dos objectos amoadados ou vendidos na casa da moeda, e nos diversos districtos do continente do reino, e dos que foram distribuidos não excedeu 188:106\$038 réis até 2 de março de 1842, além de 1549 marcos, 4 onças, 3 oitavas e 58 grãos que ficavam existindo na casa da moeda n'aquella data; mas se a arrecadação tivesse sido rigorosamente inventariada e por um bom systema, não precisaria o governo da prata da casa real, para se

lhe dar como indemnisação objectos que eram da nação, ou se era indispensavel o favor pagasse-se, assim como se deram remunerações de cem contos a alguns altos personagens.

Perderam-se muitas coisas boas, porque n'aquella occasião as idéas estavam exaltadas, e o seu fito era o completo estabelecimento do governo liberal; mas ainda nos ficaram algumas riquezas, que iremos perdendo, pois que presentemente não se faz caso de ninharias. De que servia e serve o raro livro *Tirant le Blanc*, da Bibliotheca do Porto?!

De que serve o magnifico calix de Alcobaça, que se guardava na Bibliotheca de Lisboa, a quem o roubou?! Foi talvez vendido a algum museu estrangeiro, e perdeu a nação essa preciosidade! De que servem á academia real das sciencias os excellentes manuscritos do dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, que se guardavam na bibliotheca do museu em Jesus?! Foram em 1842 para o Brazil, para se publicarem por conta do governo brasileiro; mas julgo que ainda se não publicaram, e os manuscritos lá ficaram.

Comparando-nos n'este desleixo pelas coisas da nossa terra, com os estrangeiros, que apreciam e adquirem objectos de outros paizes, damos uma triste idéa de nós e fazemos ver que, somos um povo de barbaros; porque todas as nações prezam e acatam as suas antigualhas.

Fez-se o leilão dos livros, que compunham a bibliotheca do sr. Gubian do Porto, não esqueceu ao museu britannico a aquisição dos raros, e para lá iriam, se o sr. Silva Tullio não instasse e mostrasse a necessidade de se adquirirem aquellas obras, de que não havia exemplar na nossa bibliotheca; honra seja feita

ao sr. Silva Tullio, pois que ao seu zelo e conhecimento se deve o possuirmos esses livros raros.

Concluirei, sr. Redactor; pedindo-lhe desculpa de ser um pouco extenso, mas as considerações que me occorreram, a isso me obrigaram, afastando-me da questão principal, mas tendo todas relação entre si, pois que todas tendem para o mesmo fim, e queira juntar aos seus este humilde e fraco brado a favor dos restantes monumentos nacionaes; e emquanto á custodia de Belem, julgo talvez não haver já remedio; porém v. melhor averiguará.

Sou

De V. etc.

Lisboa, 26 de novembro de 1867.

Estatua equestre

Guia em Portugal Lisboa Illustrada, 1878.—N.º 4, pag. 25 e 26.

Guia de Portugal—Lisboa, vol. II, 1885. Part. III.—Monumentos, pag. 10 e 11.

É o monumento a el-rei D. José I na praça do Commercio grandioso em tudo, de que elle se compõe, e grandioso para Portugal; pois que em tudo é nacional.

Depois do terremoto do 1.º de dezembro de 1755 o grande marquez de Pombal tratando de mandar levantar das ruinas a actual cidade baixa, pensou logo em erigir um monumento ao rei, que tão sabiamente d'elle se havia aproveitado, como ministro e secretario de estado.

Foi o architecto Eugenio dos Santos de Carvalho, quem delineou a praça, e fez o desenho do monumento.

Em dezembro de 1770 fez Joaquim Machado de Castro, em concorrência com um artista de Malta, um modelo de cera, de palmo e meio, o qual foi escolhido, e em junho de 1771 um de barro com quatro palmos, que foi approvedo.

Em 16 de outubro do mesmo anno principiou Machado de Castro o modelo de gesso para a estatua

equestre, que ficou concluido em 10 de março de 1772.

A estatua equestre foi fundida de um só jacto pela direcção do general de artilheria Bartholomeu da Costa em 15 de outubro de 1774. Empregaram-se para a fundição 656 e meio quintaes de bronze, que levaram vinte e oito horas a derreter, e a fôrma encheu-se em oito minutos, ficando a estatua com quinhentos quintaes de bronze, e cem de ferro na armação interior.

O cavallo e cavalleiro medem de altura trinta e um palmos, o pé da figura do rei tem tres palmos, e a espada onze palmos.

Concluida a fundição da estatua. foi retocada a cinzel por Machado de Castro e mais oitenta e tres operarios em sessenta e tres dias.

Em 15 de maio de 1775 foi o rei e a familia real vel-a, ficando depois a publico até ao dia 20, em que foi suspensa da cova, onde tinha sido fundida, e em 21 foi collocada no carro, e no dia 22 sahiu da fundição de artilheria (hoje fundição de cima) no que gastou tres dias e meio; sendo acompanhada pelo senado, juiz do povo e casa dos vinte e quatro, que pegaram aos cordões do carro. O transporte foi dirigido pelo architecto de obras publicas Reinaldo Manoel dos Santos.

No dia 27 de maio foi collocada no pedestal pela direcção de Joaquim Machado de Castro e do sota-patrão do arsenal da marinha João dos Santos, por meio de um apparelho simples e engenhoso.

No dia 6 de junho de 1775, anniversario natalicio d'el-rei D. José, foi este monumento solememente inaugurado.

Todo o monumento é de marmore lioz de Pero Pi-

nheiro. Sobre-se por seis degraus a um plano de sessenta e dois palmos de comprimento por sessenta e dois de largura, sobre o qual assenta um sócco de doze palmos de alto, trinta e oito de comprimento e trinta e sete e meio de largo, e nos dois lados estão os grupos allegoricos; do lado oriental a *Fama* e do occidental o *Triumpho*. D'entre os dois grupos eleva-se o pedestal com trinta e dois palmos de alto, vinte e sete de comprimento e dezoito de largura no qual assenta a estatua.

Na frente do pedestal está o escudo coroado das armas do reino, e por baixo um medalhão de cinco palmos, oval, de bronze, com o busto do marquez de Pombal, que, pela morte d'el-rei D. José, tendo sido dispensado dos serviços de ministro, e demittido pela rainha D. Maria I, foi substituida a sua effigie, pelas armas da cidade de Lisboa, até que D. Pedro, regente em nome da rainha D. Maria II, ordenou por decreto de 10 de outubro de 1833 a sua reposição, o que se effectuou em 12 do mesmo mez e anno.

O baixo relevo, que está na face do pedestal voltada para o arco, allude á Generosidade régia, que apresenta a *Architectura*, o *Commercio* e a *Providencia humana* á cidade de Lisboa, amparada pelo *Governo do estado* guiado pelo *Amor da virtude*, que conjunctamente levantaram Lisboa do abatimento causado pela catastrophe do terremoto.

Egreja da Conceição Velha

Guia em Portugal — Lisboa Illustrada, 1878. — N.º 5,
pag. 33 e 34.

A igreja da Conceição Velha é assim designada para se distinguir da igreja parochial da Conceição Nova.

Era aqui a casa e igreja da Misericórdia de Lisboa, obra muito magnífica, fundada por el-rei D. Manuel, e concluída por D. João III.

A confraria da Misericórdia foi instituída em 15 de Agosto de 1498 por fr. Miguel Contreiras sob a protecção da rainha D. Leonor viúva de D. João II, na capella de Nossa Senhora da Piedade no claustro da Sé, onde desde 1230 uma corporação exercia piedosos officios de soccorrer enfermos e enterrar os mortos; e logo que se completou a igreja para ahi se transferiu em 25 de Março de 1534.

O terremoto de 1755 destruiu quasi toda a igreja, feita segundo o estylo denominado manuelino, e o que hoje se vê, era a porta travessa com as duas janellas, que foram aproveitadas para formar a fachada da actual igreja, conforme as ordens do marquez de Pombal na nova reedificação da cidade depois d'aquella catastrophe: notando-se porém grande anachronismo no acabamento rematado com um frontão d'estylo diverso.

A capella-mór existente era a capella do Espirito Santo fundada por D. Simôa Godinho. Em 1594 passou a ser capella do Santissimo Sacramento.

Reedificada esta egreja depois do terremoto foi dada por el-rei D. José aos freires da ordem de Christo, por ter sido tambem destruida a capella, que, com a invocação de Nossa Senhora da Conceição lhes tinha sido dada por el-rei D. Manuel em troca da ermida do Rastello.

Os freires possuiram esta egreja até á extincção das ordens religiosas em 1834, na qual foram tambem comprehendidos.

N'esta egreja estão constituidas as seguintes irmandades pelos altares de que ella se compõe, e são: irmandade da Resurreição ou do Santissimo Sacramento, de Nossa Senhora Protectora das Alfandegas, de S. Joaquim e Sant'Anna, do Senhor dos Passos, do Sagrado Coração de Maria, do Senhor Jesus da Humildade e Senhora das Dôres, e de Nossa Senhora da Conceição.

Ao lado do altar-mór ha uma capella na qual estava a Senhora da Misericordia abrigando debaixo do manto suspenso por dois anjos, da direita o papa Alexandre VI, fr. Miguel Contreiras, cardeaes e bispos, da esquerda o rei D. Manuel, rainha D. Maria sua segunda mulher e filhos. Este grupo é o alto relevo em pedra, que está actualmente sobre as portas, onde esteve uma vidraça com grades, a qual tinha sido ali collocada para dar mais claridade á egreja.

Theatro de D. Maria II

Guia em Portugal—Lisboa Illustrada, n.º 6, pag. 41 a 43

No logar onde vemos o theatro, estiveram diferentes edificios cujas descripções vamos dar:

Paços dos Estdos—Foi começada a sua edificação em 1449 no Rocio, que tinha exactamente a mesma situação, que hoje tem, com a differença de ser muito irregular a sua area, pelo infante D. Pedro regente do reino na menoridade de seu sobrinho D. Affonso V, para evitar os vexames que soffria o povo de Lisboa, pelas aposentadorias a que era obrigado dar ao sequito, que acompanhava o rei, e os embaixadores estrangeiros.

A primeira vez que serviram os Paços dos Estáos foi para accommodar os embaixadores de Frederico III imperador da Allemanha, para se celebrarem as suas nupcias com a infanta D. Leonor filha de el-rei D. Duarte, os quaes ali estiveram hospedados de agosto a outubro de 1451 reinando D. Affonso V.

Nos reinados seguintes de D. João II e D. Manuel, continuaram os Paços dos Estáos a serem occupados pelos embaixadores estrangeiros e pessoas da côrte, e até pelo proprio rei D. Manuel.

Quando D. João III introduziu definitivamente em Portugal no anno de 1536 o tribunal da inquisição, deu-lhe os Paços dos Estáos.

O terremoto de 1755 destruiu completamente este edificio, e bem assim os mais que no Rocio existiam, e pela reedificação, deu-se a esta praça e ao edificio nova fórma regular.

O novo edificio constava de tres corpos, o principal situado onde hoje se vê o theatro, e os dois que se seguiam mais recolhidos, que eram onde actualmente está o largo de Camões, occupando a área dos predios, acabando com um jardim até á rua do Jardim do Regedor.

Quando se proclamou em Lisboa a constituição de 1820, e sendo extincto o tribunal do Santo Officio, o povo invadiu o palacio da inquisição, e então foram vistos os terriveis carcerees onde milhares de entes humanos foram suppliciados, soffrendo os mais horrosos tormentos infligidos em nome de Deus, por homens que se diziam seus ministros.

Com a partida da familia real para o Brasil em 29 de novembro de 1807 tambem este edificio serviu de palacio da regencia, e depois da abolição total da inquisição em 1821 passou a ter differentes usos.

Foi palacio do governo provisorio depois da revolução de 1820, de varias repartições da camara dos pares em 1826, e de thesouros publicos desde 1833 a 1836, em que um incendio no dia 14 de julho devorou os interiores d'este edificio.

Em agosto de 1837 pediu a camara municipal de Lisboa ao governo, para que lhe vendesse as ruinas para ahi edificar os paços do concelho, venda que foi effectuada, principiando a demolição pelos dois

corpos lateraes para se fazer o largo de Camões, ficando só o corpo principal; porém em 1840 mudou a camara municipal de resolução.

Tratando-se de erigir um theatro nacional, projecto que havia sido pensado em 1836, e depois em 1839, pelo conde de Farrobo, foi comprado o restante do edificio á camara por dez contos de réis em virtude da carta de lei de 6 de novembro de 1840, que mandava construir um theatro nacional pela proposta do deputado visconde de Almeida Garrett.

Começaram as obras pela demolição do que existia do antigo palacio, e foi lançada a primeira pedra do novo theatro em novembro de 1842, e em 13 de abril de 1846 foi inaugurado, recebendo então por um decreto real o nome de Theatro de D. Maria II.

Foi o architecto italiano Fortunato Lodi, quem fez o risco.

A construcção foi por conta do estado, que custou proximo de quatrocentos contos de réis, devendo deduzir-se 40 contos de donativo dos contractadores do tabaco.

A fachada principal tem um peristylo sustentado por seis columnas de ordem jonica com um frontão, cujo tympano é adornado pelo alto relevo representando o côro de Apollo, tendo de menos as duas musas da comedia e tragedia, *Thalia* e *Melpomene*, as quaes com a estatua de Gil Vicente se acham sobre o frontão.

As tres estatuas foram inauguradas em 1847.

O andar nobre tem em cada uma das duas fachadas principal e opposta dezeseite janellas, e sobre ellas em relevos moldurados bustos de poetas e escriptores.

Nas faces lateraes tem vestibulos, o do largo de

Camões dá entrada geral para o theatro, e o do largo de S. Domingos para o palco.

Todas as quatro frontarias são de marmore, sendo o liso das paredes côr de rosa, e tudo o mais de lioz.

Toda a obra de esculptura foi feita pela direcção e execução da Academia das Bellas Artes.

A sala do espectaculo tem vinte frizas e cincoenta e dois camarotes, em tres ordens, e a tribuna real.

A platéa mede quatorze metros de comprido por treze de largo, e o palco vinte e seis de fundo e dezenove e meio de largura, e no proscenio onze de alto por doze de largo.

Tribunal da Boa-Hora

Guia em Portugal — Lisboa Illustrada, 1878. — N.º 6, pag. 45.

Guia de Portugal—Lisboa, Bairro central. Vol. II, 1880. Part. v, pag. 41.

O edificio, em que funcionam os tribunaes civeis, crimes e orphanologicos de Lisboa, era um convento de religiosos Agostinhos descalços dedicado a Nossa Senhora da Boa-Hora, fundado em 1633 com esmolas do povo.

Tinha este convento uma bôa igreja, cuja capella-mór hãvia sido feita pelos viscondes da Barbacena por cujo motivo eram padroeiros, possuindo elles tambem aqui o palacio e mais casas.

O titulo de visconde de Barbacena foi dado por el-rei D. Affonso VI a Affonso Furtado de Mendonça, general de cavallaria, mestre de campo general na Estremadura, governador das armas da provincia da Beira, conselheiro de guerra e governador da Bahia. A varonia d'esta casa provinha de Diogo de Castro do Rio, que no reinado de D. João III foi senhor da villa de Barbacena.

A igreja tinha o frontespicio para a parte do norte, com seu adro fechado á frente da rua nova do Almada com grades de ferro. No frontespicio haviam

seis janellas e tres arcos, e fronteiras aos arcos tres portas, que davam entrada para a egreja, tendo por cima o côro.

No adro á face da rua havia uma cruz de pedra.

A porta actual da entrada para o tribunal era a portaria mór do convento, tendo duas janellas na mesma prumada como ainda hoje se veem.

Pestes em Lisboa

Guia em Portugal — Lisboa Illustrada, 1878. — N.º 6,
pag. 46.

Durante o seculo XVI, isto é, desde 1505 a 1597 foi esta cidade victima do terrivel flagello da peste, que tanto a assolou nos annos de 1505-1569-1579-1598, havendo tambem em 1531 um horroroso terremoto, e isto a par do estabelecimento definitivo da inquisição em 1536, que existia de facto desde 1525, e da admissão dos jesuitas em 1540.

Com a peste de 1569, que principiou segundo uns escriptores em abril, e conforme a opinião de outros em junho, a piedade christã do povo de Lisboa estabeleceu a procissão de voto a Nossa Senhora da Saude effectuando-se pela primeira vez esta procissão em 20 de abril de 1570.

Por igual motivo fizeram as religiosas do mosteiro do Salvador d'esta cidade voto, de que todos os annos fariam festa ao Santissimo Sacramento, sendo a primeira festa feita em um domingo 7 de maio de 1570, e continuando a communitade na sua fervorosa devoção acompanhada então por outras muitas pessoas, instituiram em 1585 a confraria do Santissimo Sacramento, tendo por juiza a prioreza do convento, e no compromisso determinaram que, a festa se deveria fazer com uma procissão no primeiro domingo depois

da Ascensão, o que effectuaram no dito anno de 1585.

Esta festa e procissão era de voto, e não do Corpo de Deus parochial como muitos entendiam, julgando a instituição da parochia do Salvador a mais antiga de Lisboa.



Real Associação dos Architectos Civis
e Archeologos Portuguezes

MONUMENTOS ARCHEOLOGICOS
DE
CHELLAS

*Apontamentos para o catalogo descriptivo
dos existentes no Museu do Carmo*

COLLIGIDOS PELO SOCIO EFFECTIVO

José Joaquim d'Ascensão Valdez



LISBOA

TYP. FRANCO-PORTUGUEZA (OFF.^a LALLEMANT)
6, Rua Antonio Maria Cardoso, 6
1898.



Monumentos Archeologicos de Chellas

NO

MUSEU DO CARMO

Real Associação dos Architectos Civis
e Archeologos Portuguezes

1674

MONUMENTOS ARCHEOLOGICOS
DE
CHELLAS

*Apontamentos para o catalogo descriptivo
dos existentes no Museu do Carmo*

COLLIGIDOS PELO SOCIO EFFECTIVO

José Joaquim d'Ascensão Valdez



LISBOA

TYP. FRANCO-PORTUGUEZA (OFF.^a LALLEMANT)

6, Rua Antonio Maria Cardoso, 6

1898.

MONUMENTOS ARCHEOLOGICOS DE CHELLAS

*Apontamentos para o catalogo descriptivo
dos existentes no Museu do Carmo*

Encarregado na sessão de 4 de agosto de 1898, pelo Ex.^{mo} Sr. Presidente d'esta Real Associação de descrever os objectos, que tinham estado em dependencias do extinto mosteiro de Chellas, e haviam sido cedidos pela Secretaria de estado dos negocios da guerra, em officio de 22 de junho do mesmo anno, para o Museu Archeologico do Carmo, procurei desempenhar-me d'este honroso encargo, convencido todavia de que esta incurabencia devia ter sido concedida a outro nosso Consocio, competente para fazer uma *noticia historica d'esses objectos*, conforme declara a acta da sessão.

Emfim cumprindo um dever, cumpre-me tambem dizer que a prejudicada é a Associação, porque só posso apresentar apontamentos para o catalogo descriptivo dos mesmos objectos.

Os objectos cedidos ao Museu e designados no

referido officio são : «Uma pedra com inscripção, uma com um pégaso e um grypho e uma outra esquartelada, todas existentes na parede do quintal da sachristia do extinto convento de Chellas. . . Uma pedra que figura tres leões devorando palmas, tres capiteis de pedra e uma pedra com lavôres existentes n'uma arrecadação do mesmo convento. . . E treze quadros de azulejo».

Portanto são cinco pedras diversas e tres capiteis (aliás cinco).

Começarei os apontamentos para a descripção d'estes monumentos, padrões historicos da arte antiga, dividindo-os, e collocando-os nas epochas, ás quaes se verifica, elles deverem pertencer.

Sobre as antiguidades de Chellas, encontradas pelas diversas reconstrucções feitas no mosteiro, muito ha publicado por diversos Escriptores, e um nosso erudito Consocio, já fallecido, o Sr. Ignacio de Vilhena Barbosa, no *Archivo Pittoresco*, Vol. VII, de 1864, publicou uma bem desenvolvida memoria sob o titulo, *Fragmentos de um roteiro de Lisboa (inédito)*.

Uma pedra com inscripção.

Monumento epigraphico romano, medindo 1^m,10 em altura, 0^m,54 de largura e 0,29 de grossura. A inscripção occupa a parte superior 0^m,40 e a parte completamente liza 0^m,70.

Foi encontrada na reconstrucção do templo por occasião das obras mandadas executar pela ordem nos annos de 1663 e 1664, sendo prioriza D. Luiza de Noronha, e arcebispo de Lisboa D. Miguel de Castro. Estava enterrada por traz da capella-mór a pouca profundidade, e cobria uma sepultura.

Luiz Marinho de Azevedo, na *Fundação, anti-
quidades e grandezas de Lisboa*, L.º II, Cap. VI,
publica a inscripção:

IVLIA. Q. F. F. V.
Q. IVLIVS. Q. F. C.
SEVERVS
H. S. SVNT.

«Cuja significação é. Aqui estão sepultados, Julia Flaminea Vestal, filha de Quinto, e Quinto Julio, filho de Quinto, e Caio Severo. Mais letras parece, que a pedra tinha, que por estar quebrada se não podem ler, e esta foi a que deu occasião para escrever-se sobre o altar de S. Adrião, que era cippo de Julia Flaminea a qual, com outros seus irmãos, estava n'ella sepultada.»

Vilhena Barbosa no *Arch. Pit.*, Vol. VII, diz : «O cippo de Julia Flaminea... acha-se na parede do quintal da sacristia. É uma pedra de marmore de seis palmos de comprimento e tres de largo; porém mostra estar partida, faltando-lhe algumas letras. Aqui lhe damos logar, conforme a coriou o nosso desenhador :

VLIA QFFVI
Q IVLIVS QFC
SEVERVS
H S SVN

«Posta por extenso deve ler-se. **ao que parece**, da seguinte maneira : *Julia Quinti Filia Flamen Vestalis Julii, Quintus Julius Quinti Filius, Caius Severus Hic Sepulti Sunt.* E em vulgar: Aqui estão sepultados Julia Flaminea, Vestal, filha de Quinto Julio, Quinto Julio filho de Quinto, e Caio Severo. Faltam n'esta inscripção, por se acharem apagadas, a primeira letra do nome de *Julia*,

e a ultima do verbo *sunt*. No fim da primeira linha tambem estão gastas uma ou duas letras.»

A existencia em Chellas de um templo dedicado á deusa Vesta, habitado e servido por virgêns vestaes, foi negada por Fr. Luiz de Sousa na *Historia de S. Domingos*, Parte I, Cap. XXVIII, e posta tambem em duvida pelo Dr. Fr. Antonio Brandão na *Monarchia Lusitana*, Parte III, Cap. XXXVI, e por D. Rodrigo da Cunha na *Historia ecclesiastica da igreja de Lisboa*, Parte II, Cap. XXXVIII.

Ultimamente Antonio Cardoso Borges de Figueiredo, na sua *Revista Archeologica*, Vol. IV, de 1890, descrevendo as *Antiquidades romanas de Chellas*, publica a inscripção, nova leitura e considerações :

IVLIA · Q · F FVN dana
 Q · IVLIVS · Q · F · G al.
 SEVERVS
 H · S · SVNT

«*Iulia Q. f (ilia) Fun (dana). | Q. Iulius Q. f (ilius), G[al(eria tribu)], Severus | h(ie) s(iti) sunt.*

«As ultimas letras da primeira linha, unicas que nunca foram bem lidas, são indubitavelmente FVN; a pedra partiu nela hasté obliqua do N pa-

recendo esta letra um I a olhos inexperientes ; mas qualquer que examinar a pedra, reconhecerá claramente o que fica apontado.»

«Será pois esta ultima interpretação a que mais probabilidade terá.

Vilhena Barbosa hesitou na leitura de Marinho de Azevedo, pelo que disse «deve ler-se ao que parece».

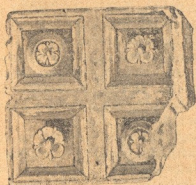
O exame actual da inscripção na lagea dá o seguinte :

V L I A Q F F V I
 Q I V L I V S Q F C
 S E V E R V S
 H S S V N 7

E se verifica, não se poder bem determinar, que as ultimas duas letras da primeira linha tivessem sido exactamente VN, pelo mau estado da pedra n'este ponto.

Uma pedra esquartelada.

Esta esculptura é de epocha romana, e devia ter sido peça de tecto de um peristylo.



Mede $0^m,81 \times 0^m,78$ a superficie esculpturada, e a grossura entre $0^m,25$ e $0^m,28$.

Marinho de Azevedo e Vilhena Barbosa *l. c.* quasi a descreveram da mesma maneira: «É guardada de moldura e esquartelada, tendo em dois

quadrados duas rosas ou florões, e nos outros dois um lavôr esphérico a modo de botão.

Borges de Figueiredo tambem a descreveu na *Rev. Arch.*, Vol. IV, pag. 30.

A arte d'esta esculptura é correctã. A molduragem esquadrelada fórma quatro quadrados, tendo dois oppostos nos centros, em alto relêvo, florões quinqüefoliados com um enfeite esphérico no meio; os outros dois florões são semelhantes, mas em ponto reduzido, e com a differença de terem quatro folhas, e estarem dentro de uma moldura circular igual á molduragem dos quatro quadrados, e estes dois relêvos dão approxadamente a fórma de um botão lavrado.

Esta pedra era effectivamente peça de um tecto, e tanto assim que a grossura em dois lados oppostos está em esquadria com a face, e nos outros dois lados é chanfrada da face para o tardo, tendo per tanto o tardo maior superficie; circumstancias estas, que não podiam ser attendidas pelos Escriptores citados, porque só viram a pedra assente na alvenaria da parede.

Uma das inscrições existentes na igreja de Chellas, mandadas collocar pelo arcebispo D. Miguel de Castro em 1604, faz referencia a esta pedra como sendo as *armas de el-rei Wamba*; porém Marinho de Azevedo, na *Fund. de Lisboa*, L.º IV, Cap. X, ignorou o fundamento (e com razão) de tal referencia.

Vilhena Barbosa no *Arch. Pit.* e Pinho Leal no *Portugal antigo e moderno*, Vol. II, *Chellas*, alludem tambem ás armas do rei Wamba.

Uma pedra com um pégaso e um grypho.



E' este monumento archeologico uma parte de um pilar, porque em todas as quatro faces se repetem os mesmos ornatos; observando-se porém, que só em uma se acham completos os dois circulos de folhagem, nas outras tres faces ha faltas pelas lascas quebradas na pedra.

Suas dimensões são : altura 0^m,96, largura 0^m,43 e grossura 0^m,42.

Marinho de Azevedo faz menção d'esta pedra no L.^o III, Cap. VIII, como sendo do tempo dos romanos, tendo ella, quando foi encontrada, seis palmos com tres circulos.

Vilhena Barbosa, *l. c.* diz : «Pelo gosto do desenho, e por certa perfeição do trabalho, é inquestionavelmente obra dos romanos. Este genero de ornatos era muito usado nos frisos dos edificios romanos, sobre tudo nos templos, alternando-se aquellas ou outras figuras em toda a extensão do friso . . . Parece-nos ser a referida pedra fragmento de intercolumnio, ou de outro qualquer ornamento collocado ao alto, attenta a posição dos dois animaes fabulosos que alli figuram».

Borges de Figueiredo, *l. c.*, julgou esta escultura, como não sendo trabalho romano, e entendeu que tinha sido «destinada a constituir só pelo relevo a ornamentação d'uma pilastra».

As conjecturas dos dois ultimos Escriutores, na apreciação do destino da pedra, foram bem fundadas, porque só viram a face em melhor estado, ignorando os lavôres eguaes das outras tres, e julgando-as lizas.

Esta pedra merece ser limpa da argamassa, e

collocada de maneira que possam ser examinadas as quatro faces, e então se verá, que os fabulosos animaes representados são dois gryphos, pois que as cabeças em ambos, tendo cristas ou orelhas, teem bem pronunciados os bicos de aguia. A differença que se nota é um grypho ter a cauda pendida e outro levantada.

A respeito d'este fabuloso animal, suas formas e historia, consulte-se o *Dic. des antiquités grec. et rom.*, de Daremberg, Fasc. 22, *Griphus*.

IV

Uma pedra que figura tres leões devorando palmas.

Esta pedra é parte de um friso, e a epocha da sua arte póde muito bem ser attribuida á do pilar e talvez tivessem pertencido ao mesmo edificio.



Mede na frente lavrada em comprimento 0^m,65, largura e grossura da pedra 0^m,30.

Vilhena Barbosa, *l. c.*, descreveu-a: «E' provavelmente, fragmento de um friso cujos lavôres são

em relêvo. A esculptura mostra ser menos perfeita do que a do outro fragmento em que apparecem o grypho e pégaso, e por conseguinte de uma epocha de decadencia para as artes. Comtudo cremos que é obra romana».

Borges de Figueiredo, *l. c.*, tambem a considera como friso, havendo grande relação de trabalho entre elle e o da pedra do grypho, suppondo que tivessem sido obras do mesmo artista. Entendeu porém, que estes dois monumentos não eram romanos, mas sim romanicos.

Uma pedra com lavôres.

Esta pedra de superficie oval mede no maior diametro 0^m,40 e no menor 0^m,32, e tem em relevo a cruz de S. João de Jerusalem da ordem dos Hospitaleiros.

Fr. Luiz de Sousa na *Hist. de S. Domingos*, Parte I, L.º I, Cap. XXIII, refere, que depois da tomada de Lisboa aos mouros em 1147, fôra cedida por D. Affonso Henriques a igreja de Chellas aos cavalleiros da ordem de S. João de Jerusalem do Hospital.

Fr. Lucas de S. Catharina nas *Mem. da ord. milit. de S. João de Malta*, pag. 280, tambem diz: «que restaurada finalmente Lisboa, e dada a igreja de Chellas á ordem Hospitalaria, a occupou desde 1147 até 1219».

Fr. Antonio Brandão na *Monarchia Lusit.*, Parte III, L.º X, Cap. XXXVI, e D. Rodrigo da Cunha na *Hist. eccl. de Lisboa*, Parte II, Cap. XXXVIII, hesitaram, sobre quaes teriam sido os primeiros ha-

bitadores do mosteiro de Chellas depois da conquista de Lisboa aos mouros.

José Anastacio de Figueiredo na sua *Nova Hist. da mil. ord. de Malta*, Parte I, pag. 59 e seg. diz, que o mosteiro de Chellas nunca pertenceu á ordem do Hospital, porque não encontrou documentos, que tal provasse.

Deixando esta parte da historia do mosteiro de Chellas, ainda não bem averiguada no principio da monarchia, cumpre mencionar a pedra pela sua antiguidade.

Encontram-se pedras de superficie circular, quadrada e oitavada, tendo em relêvo cruces de differentes feitios e outros symbolos.

Estas pedras assentes nas naves de egrejas antigas designam a consagração dos temp'os, e quando dispersas eram destinadas a indicar as cabeceiras das sepulturas de christãos. e algumas tem além da parte circular uma outra parte, que era enterada, ficando só a circular sobre o solo. Vide *O Archeologo Português*, Vol. I, pag. 280, e Vol. IV, pag. 121.

Visitando ha annos, no concelho de Azambuja, o logar de Aveiras de Cima, municipio fundado por D. Sancho I, sube que, no terreno junto da sua arruinada egreja, o qual tinha sido cemiterio antigo da freguezia, tinham apparecido pedras redondas com cruces, e vi algumas, as quaes se achavam no lageado do chão atraz do altar mór, e entre ellas uma com o signo-saimão.

VI

Os capiteis são tres simples (um em muito mau estado de conservação) e um duplo.

Estes capiteis proveem da reconstrucção do mosteiro de Chellas nos primeiros tempos da monarchia portugueza. A rudeza do trabalho da sua ornamentação, folhas rematando em flores, mostra ser obra do seculo XII ou mais apropriadamente do seculo XIII.

A parte inferior circular mede uns 0^m,18 de diametro, a parte superior quadrada de 0^m,27 a 0^m,32 de face, medidas approximadas pelo mau estado em que se acham.

Fr. Luiz de Sousa na *Hist. de S. Domingos*, Parte I, L.º I, Cap. XXIII, Brandão na *Monarchia Lusit.*, Parte III, L.º X, Cap. XXXVI, e D. Rodrigo da Cunha na *Hist. eccl. de Lisboa*, Parte II, Cap. XXXVIII, concordam, que, conquistada Lisboa aos mouros em 1147, D. Affonso Henriques mandou purificar a egreja de Chellas e proceder a obras.

Porém as obras ordenadas por D. Affonso I, deveriam ser de pouca importancia, assim o podemos julgar pelo seu genio guerreiro e empenho de conquistas sobre os mouros, e tambem porque, logo no reinado seguinte, de seu filho D. Sancho I, o bispo de Lisboa, D. Sueiro Annes mandou reconstruir o mosteiro, e então poder-se-ha determinar que os capiteis são provenientes d'esta reconstrucção.

Não deviam ser n'este lugar descriptos, sob o titulo de *monumentos archeologicos*, os quinze quadros de azulejo vindos de Chellas, porque não pertencem á Archeologia, e só como productos artisticos devem ser considerados; mas sendo elles provenientes da mesma remessa dos objectos historicos antigos, com os quaes deram entrada no Museu do Carmo, por isso entendi incluil-os nos apontamentos para o catalogo de todos esses objectos.

Os azulejos, nas duas côres azul e branca, são do seculo XVIII, e pôde-se bem dizer, que foram collocados na occasião das obras feitas em 1756 e 1757, para reparar os estragos do terremoto.

Quatorze paineis representam os passos da Paixão de Jesus Christo. E' de bom desenho e de bom effeito a ornamentação d'estes paineis no proprio azulejo.

Um painel representa o Archanjo S. Miguel com a espada de fogo expulsando do Céu e precipitando no abyssmo o anjo mau acorrentado, sob a forma de dragão com cabeça humana.



